

## O QUE FAZER COM O SEU DINHEIRO

# Números mostram por que o Governo quebrou

CELSO MING  
Agência Estado

A atual crise da economia - a mais séria de toda a história econômica do Brasil - nada tem a ver com a situação financeira do setor privado.

Côm as exceções de praxe, as empresas brasileiras vão muito bem obrigado, quase sem dívida, estão modernizando suas administrações. Só não estão tecnologicamente melhor equipadas em razão da própria crise que tomou conta do País.

O que está errado é o setor público, é o Governo que está falido e em estado terminal. E isso fica suficientemente demonstrado com apenas três estatísticas:

1) O Tesouro Federal está arrecadando assustadoramente menos. Em 1970, a arrecadação líquida do Tesouro, ou seja, tudo aquilo que recolhia por meio de impostos e taxas menos o que devolvia à sociedade na forma de subsídios e incentivos fiscais, correspondia a 14,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). No ano passado, a arrecadação líquida já estava em apenas 10,7 por cento do PIB e, neste ano de 1989, a estimativa oficial é de que recue ainda mais, para 9,7 por cento do PIB.

**A RECEITA ENCOLHEU**

Vários fatores explicam essa queda de arrecadação apesar dos seguidos avanços do Leão sobre o bolso do contribuinte que, aliás, são sempre os mesmos. O aumento dos subsídios é um deles, o crescimento da sonegação é outro. Mas os principais são a própria inflação e o forte crescimento das exportações.

A inflação faz inúmeras vítimas mas, sem dúvida, o assalariado e o próprio Tesouro Nacional são as maiores. E isso porque uma coisa é arrecadar com vinte ou trinta dias após o fato gerador quando a inflação é de cinco por cento ao mês e outra, quando a inflação é de 36 ou 40 por cento ao mês: quanto maior a inflação menos dinheiro vivo chega aos cofres do Tesouro.

A outra explicação é o aumento das exportações: quem exporta, exporta mercadorias livres de impostos. Em 1970, as exportações correspondiam a 5,4 por cento do PIB. Em 1989 elas devem chegar a dez

por cento. Então, fica fácil entender: se as exportações aumentaram fortemente sua participação no PIB e se elas estão isentas de impostos, a renúncia à arrecadação federal só tem mesmo que aumentar.

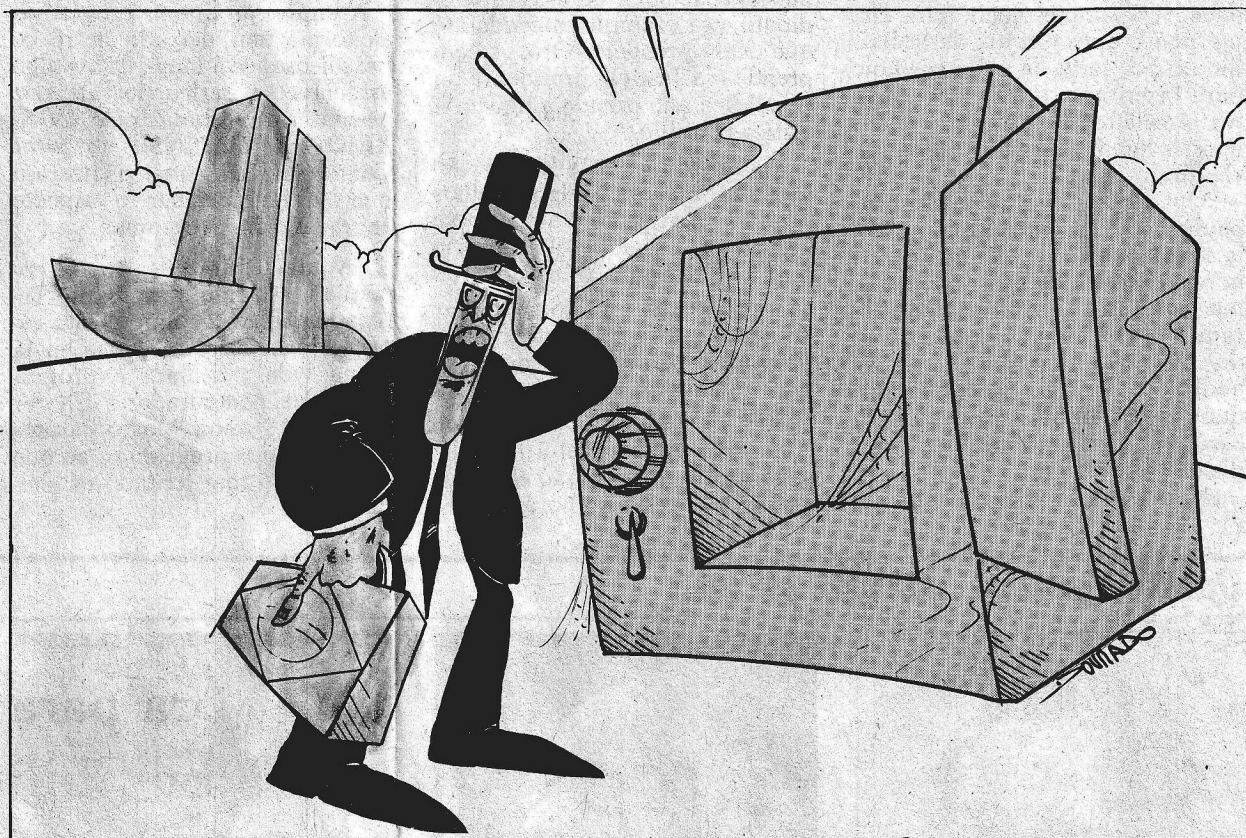
2) As despesas financeiras estão aumentando dramaticamente. Apenas com juros da dívida interna (não estamos falando da correção monetária), o Tesouro Federal gastava, em 1980, 0,7 por cento do PIB. Em 1988, passou a gastar cerca de 4,0 por cento e, neste ano de 1989, as últimas estimativas são de que vai gastar entre 5 e 6 por cento do PIB. Se levarmos em conta que o déficit fiscal, ou seja, o rombo das contas públicas deve atingir seis por cento neste ano, fica fácil entender que se fossem eliminadas essas despesas com juros, o déficit estaria praticamente zerado.

**TETAS SECAS**

3) Sobem assustadoramente as despesas com o funcionalismo público. A folha de pagamentos com o pessoal e com os inativos da União, que no período compreendido entre 1970 e 1975 correspondia a pouco menos do que 40 por cento da receita tributária disponível, pulou, no biênio 1987-88, para algo mais do que 60 por cento e, em 1989, deverá chegar a 90 por cento.

Por aí se vê que não é preciso nenhum raciocínio mais complicado para concluir que o Governo Federal está quebrado. Mais do que isso, se não sobram recursos sequer para o custeio da máquina administrativa, não se pode mais esperar que o Governo ainda tenha leite em suas tetas para socorrer as finanças de bancos estaduais incompetentes administrados e empresários mal acostumados a mamar de graça. Tampouco sobra algum para o investimento: para construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas, siderurgias e toda a gloriosa constelação de estatais semi-falidas - apesar dos atuais caprichos presidenciais com a Norte-Sul ou com a Sidemar, a pretendida siderúrgica do Maranhão.

Um exaustivo levantamento dos culpados pode, no máximo, colocar alguns nomes a espinhafraca pública. Mas, decididamente, não bota meia sola nessa bota furada.



Mas falta quem procure explicações para esse estado lastimável das finanças públicas em fatos gerados no exterior: os dois choques do petróleo, o de 1973 e o de 1979, e o choque do dólar, ou seja, a forte elevação das taxas internacionais de juros, também em 1979.

Mas estes foram apenas o empurrão final dado no poste já comido pela ferrugem. As verdadeiras causas do problema estão aqui dentro e foram as mesmas que deixaram a economia e as finanças públicas tão vulneráveis a agentes externos. Foram: o excessivo endividamento externo decidido pelas nossas autoridades, o inchaço balafo do Estado que o tornou inadministrável, mesmo se nossos homens públicos fossem mais competentes, a pouca vergonha nacional que dilapidou o patrimônio público em subsídios e transferências de recursos públicos a

meia dúzia de apaniguados. E, nos últimos cinco anos, a falta de disposição do Governo para virar o jogo e, mais do que isso, a falta de competência e a fragilidade política do presidente Sarney que empurraram o País para o clientelismo, o toma-lá e dá-cá, para o loteamento de cargos e favores em troca de apoio político.

**NOVELO EMARANHADO**

Mais de 80 por cento da dívida externa são de responsabilidade do setor público. A dívida interna está estreitamente amarrada à dívida externa por uma simples razão: quem paga a dívida e obtém os dólares para honrar os juros é o exportador, ou seja, é o setor privado. A transferência desses dólares de propriedade do setor privado para o setor público poderia enfrentar compromissos externos levou a dívida interna. A dívida interna, por sua vez, é déficit acumulado, o déficit tem uma filha,

a inflação. Assim estamos diante de um novelo de fios emaranhados.

A inflação de 40 por cento ao mês, que ameaça descambar para a hiperinflação é manifestação mais evidente desse processo infeccioso que tomou conta do próprio organismo público brasileiro.

Infelizmente, a sociedade brasileira não parece inteiramente consciente do perigo. Parece acostumada com esse febrão e já acha natural viver com taquicardia e pneumonia aguda. E o que explica a atual resistência ao tratamento de choque, o único que pode reverter esse estado de coisas.

E um tratamento de choque implica a adoção de um plano de emergência, tal como descrito aqui na semana passada, ainda não se inventou um remédio indolor que o substitua ou substitua a recessão econômica agora inevitável.